

# Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo<sup>1</sup>

Juarez Dayrell\*  
Paulo César R. Carrano

## Introdução

A orientação principal deste artigo é a de apresentar a situação social dos jovens no Brasil contemporâneo. O texto organiza-se por três eixos principais de análise: os indicadores sociais, as políticas públicas e a participação social e cultural dos jovens empobrecidos das periferias das cidades brasileiras.

Partimos da hipótese que conjuntamente ao grave quadro social sobre o qual se desenvolve a vivência dos ciclos de vida juvenis, se desenvolvem novas formas e temas relacionados com os interesses e práticas coletivas dos jovens nas cidades. A participação juvenil, desde que não reduzida aos parâmetros éticos, estéticos e políticos dos movimentos sociais da década de 60, deixa antever ações sociais coletivas da juventude que, mesmo situadas no âmbito da interseção dos mercados de consumo e da produção cultural autônoma, contribuem para o alargamento do processo de construção da democracia participativa no país.

## A noção de juventude com a qual operamos

Inicialmente é importante destacar que o conceito de *juventude* não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Essa diversidade presente no cotidiano nem sempre encontra correspondência nas representações existentes na sociedade sobre a juventude; é comum que essas sejam ancoradas em modelizações sobre o que seria o jovem típico e ideal. Quase sempre os modelos se espelham em jovens de classe média e alta – as propagandas comerciais não se cansam de recorrer a esse padrão sedutor para o consumo –, reforçando estereótipos nas relações entre as classes sociais.

Um balanço sobre os estudos acerca da temática da juventude no Brasil, nas últimas décadas, aponta que a maior parte das reflexões no meio acadêmico se destina a discutir os temas e instituições na vida dos jovens; ainda é pequena a incidência de investigações que se dediquem a perceber como os jovens vivem e elaboram suas situações de vida. Só recentemente ganhou certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, formas de sociabilidade e atuação (Abramo, 1997, Spósito, 2002).

---

<sup>1</sup> Agradecemos à Socióloga Maria Carla Corrochano pelo diálogo que estabeleceu com os autores no processo de elaboração do artigo.

\* Professor Dr. Adjunto I da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Se por um lado a preocupação com a juventude ocupa parte significativa dos noticiários, em grande medida no contexto de circunstâncias violentas, por outro as publicações acadêmicas ainda não refletem em volume e qualidade a demanda real de análise da vida juvenil em nossas cidades. Os jovens se constituem em um segmento populacional de grande importância, entretanto, suas necessidades, práticas coletivas e as políticas a eles destinadas ainda são pouco conhecidas.

Em nosso cotidiano nos deparamos com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a que enxerga a juventude em sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, a confirmação do sentido das suas ações no presente. Sob essa ótica, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não se chegou a ser* (Salem, 1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, bem como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.

Uma outra imagem presente se refere a uma visão romântica da juventude, cristalizada a partir dos anos sessenta, resultado, entre outros, do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu, entre outros, em modas, adornos, locais de lazer, músicas, revistas etc. (Feixa, 1998; Leccardi, 1991; Abramo, 1994). Nessa visão a juventude é reduzida a um tempo de liberdade, de prazer e de expressão de comportamentos exóticos. A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Mais recentemente acrescenta-se uma outra tendência em perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais.

Essas imagens convivem com outra: a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou personalidade. Ligado a essa idéia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento familiar, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora. Alguns autores ressaltam que a família, junto com o trabalho e a escola, estaria perdendo o seu papel central de orientação e de valores para as gerações mais novas (Morcellini, 1996; Abromavay, 1999; Zaluar, 1997).

Torna-se necessário por em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens reais, principalmente se forem das camadas populares, constroem a sua experiência como tais.

Elaborar uma definição da categoria da juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais.

Muitos autores já se debruçaram sobre o tema, trazendo importantes contribuições, não sendo nosso propósito aqui recuperar toda essa discussão<sup>2</sup>. Nesse artigo, nos limitaremos a explicitar a nossa posição, ressaltando a dimensão da diversidade presente na mesma.

Entendemos, como Peralva (1997) que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considera-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado ao se entrar na vida adulta. Nessa direção Melucci (1992) nos propõe uma outra forma de compreender a adolescência e a juventude. Para ele, existe uma seqüência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Nesse sentido é possível marcar um início da juventude, quando fisicamente se adquire o poder de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de auto-suficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos. Mas, para o autor, uma seqüência temporal não implica necessariamente uma evolução linear, na qual ocorra uma complexidade crescente, com a substituição das fases primitivas pelas fases mais maduras, de tal forma a cancelar as experiências precedentes.

Melucci, ao contrário, defende a idéia que os fenômenos evolutivos presentes nas mudanças dos ciclos vitais são fatos que dizem respeito a cada momento da existência, fazendo das mudanças ou transformações uma característica estável da vida do indivíduo. Assim a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a meta última da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes de algum modo ao longo da vida.

Dessa discussão entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais aprofundada a respeito da noção de juventude, ver FELIXA(1998), DAYRELL (1999, 2001), PAIS (1993), PERALVA (1987), SPOSITO (1983,2001) entre outros.

se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que esse proporciona. Assim, os jovens sobre os quais nos referiremos prioritariamente neste artigo constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser *jovem existente*. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito inserido em determinada realidade social e histórica.

## **II. Jovens no Brasil: Estado mínimo e desigualdades maximizadas**

Naquilo que se refere à distribuição de renda no Brasil dos anos noventa, ainda que muitos estudos concordem que não ocorreram pioras significativas num quadro social historicamente excludente, Quadros e Antunes (2001), analisando dados censitários do período, apresentam resultados de pesquisa que indicam que, em média, somente alguns poucos segmentos sociais melhoraram de situação, alguns outros se mantiveram em posição intermediária e os demais perderam ou ficaram numa situação pior.

Os dados provenientes do último Censo Brasileiro (IBGE 2000) e indicadores sociais diversos evidenciam o quadro global das desigualdades sociais brasileiras. Neste contexto encontramos a especificidade da situação juvenil nacional, cuja característica principal se relaciona ao agravamento das condições sociais para as populações jovens e marginalizadas dos centros urbanos. No texto que segue apresentaremos aspectos demográficos da população jovem, assim como indicadores sociais relacionados com a mortalidade juvenil – notadamente aquilo que se refere às causas externas – a educação escolar e o trabalho. Dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente sonegados em ampla escala no Brasil.

### **Síntese Demográfica e indicadores sociais**

A população jovem compreendida entre 15 e 24 anos é de cerca de 33 milhões, cifra que se encontra dentro intervalo de variação histórica que vem oscilando entre 19% e 21% em relação à população total do país. Embora os censos demográficos brasileiros indiquem a tendência de crescimento absoluto do contingente populacional jovem, observa-se um paulatino processo de desaceleração a partir da década de 70. As gerações nascidas a partir da década de 80 expressam, então, o efeito de uma fecundidade declinante iniciada na década de 60, com a introdução dos métodos anticoncepcionais por via oral e, mais recentemente, com a constatação do elevado número de mulheres esterilizadas. Os adolescentes e jovens são os que apresentam maior capacidade migratória, tanto que cerca de 80% deles vivem em áreas urbanas (27.75567

milhões) que em grande medida não possuem os equipamentos sociais necessários para suprir suas múltiplas necessidades de desenvolvimento.

Os estudos demográficos indicam que a população de menores de 15 anos vem sistematicamente perdendo peso relativo na população brasileira desde os anos 80. Segundo Cunha (1999), o mesmo ocorre com aqueles entre 15 e 18 anos, embora em ritmo mais lento, já que incluem coortes nascidas em períodos quando a fecundidade recém começava seu declínio. O mesmo se passa com o grupo etário de 19 a 24 anos, que somente começaram a sentir os impactos da queda da fecundidade após o ano 2001, quando lá chegaram as coortes nascidas durante a década de 80. Para as diferentes faixas etárias de jovens brasileiros, principalmente os oriundos dos setores populares, que não ainda não apresentaram significativo declínio demográfico, persistem os péssimos indicadores de acessibilidade ao direito à educação pública e de qualidade.

## **Educação Escolar**

O Censo 2000 trouxe a boa notícia estatística de que, entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de escolarização passou de 55,3% para 78,8%. Os dados informam que os jovens possuem hoje mais acesso à escolarização formal e nela permanecem por mais tempo, ainda que essa permanência se caracterize, em larga escala, por reprovações sistemáticas que criam graves distorções entre idade ideal e série escolar. Em relação às pessoas de 18 e 19 anos de idade, a proporção é menor: apenas 50,3% de jovens desse grupo estudava. Entre os jovens de 20 a 24 anos, a proporção é de 26,5%, dado que indica o peso da necessidade do trabalho e o baixo contingente de jovens cursando níveis superiores de escolaridade.<sup>3</sup>

Quando consideramos a distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, observa-se que 31,4% tinham até três anos de estudo. O Piauí e o Maranhão detêm as taxas mais altas (56,6% e 53,2%, respectivamente) e o Distrito Federal (16,1%) a mais baixa. Com 8 a 10 anos de estudo concluídos havia 15% da população e com 11 a 14 anos de escolaridade, havia outros 14,9%. Em 1991, essas proporções eram de 11,0% e 10,0%, respectivamente. Houve redução na proporção das menos instruídas (19% contra 10%) e aumento na proporção das que tinham 11 anos ou mais de estudo (13,8% contra 19,0%). No que pese a melhoria de acessibilidade aos sistemas formais de ensino, é necessário registrar que os desafios para a consolidação de um sistema escolar

---

<sup>3</sup> Nas taxas de escolarização que expressam a frequência escolar, houve avanços em todos os grupos etários. De 1991 a 2000, a frequência escolar passou de 37,2% para 71,9%. O analfabetismo caiu 24,4% nesse período e a porcentagem de pessoas que completaram 15 anos de estudo, o que indica formação em nível superior, aumentou de 3,6% para 4,1% da população. Os dados que apontam para a melhora do acesso à educação de brasileiros em idade escolar (entre sete e catorze anos), podem não significar apenas avanços significativos nas políticas de universalização à educação escolar – prioridade na década de 90 em relação aos outros níveis do sistema educacional –, mas também expressar a forte tendência de declínio da taxa de fecundidade dessa faixa que se reflete significativamente na pirâmide etária brasileira.

público e de qualidade ainda se encontram longe de serem superados no Brasil. A maioria dos jovens da rede pública ainda se encontra cursando as primeiras oito séries do ensino fundamental. O mesmo Censo 2000 que apontou a extensão do acesso à escolarização para um maior contingente de jovens brasileiros revelou também dados preocupantes sobre o atraso escolar no ensino público. Segundo o levantamento, na faixa etária de 15 a 17 anos, mais da metade dos jovens que estudam (52,6%) estão matriculados ainda no ensino fundamental, que é destinado a crianças de 7 a 14 anos. Mello (1999), acertadamente, denominou o Ensino Médio brasileiro como um *ensino de minorias sobreviventes*, face ao pouco acesso que os jovens têm à escolaridade pós-obrigatória no país. Se poucos conseguem essa sobrevivência escolar, menos ainda são aqueles que logram chegar nesse patamar da pirâmide educacional sem acidentes de percurso pelas oito séries do ensino fundamental. Em 1996, os alunos que mantiveram a equivalência ideal entre idade e série eram 2,5 milhões, menos de um quarto dos mais de 10 milhões de brasileiros entre 15 e 17 anos.

Apesar do progressivo aumento da expansão do número de matrículas no ensino fundamental, os índices de evasão e repetência continuam produzindo e aprofundando a distorção idade/aluno/série. As estatísticas educacionais apontam para onze anos como sendo a média de permanência dos alunos no Ensino Fundamental. O quantitativo oriundo dessa distorção, somado ao contingente de cidadãos (?) que nunca foram à escola, gerou uma intensa pressão por mais vagas na Educação de Jovens e adultos.

Entretanto, os recursos públicos destinados ao setor, no lugar de aumentar em resposta à demanda, foram reduzidos e alimentaram um ciclo vicioso que só se explica pela percepção de que os que ficaram para trás perderam o trem da história de regularização escolar. O Governo Federal, ao não computar as matrículas nos programas de EJA para fins de cálculo do repasse de verbas federais, evidenciou a *incoerência dos governantes que atribuem valor à educação no discurso, mas delegam os encargos aos governos subnacionais e à sociedade civil*.<sup>4</sup> O Governo Federal fez do discurso da parceria com a sociedade civil um alibi para a crise de financiamento que ele próprio gerou e que redundou num vazio de políticas nacionais efetivas para o setor, que ainda assiste a retomada dos velhos vícios das campanhas de alfabetização de jovens e adultos caracterizadas pelo amadorismo, utilização de professores leigos precarizados e pouca institucionalização das iniciativas, projetos e programas.<sup>5</sup>

Mesmo com a melhora relativa nos índices de escolaridade apontados pelo Censo 2000, a grande maioria dos jovens brasileiros não consegue chegar ao Ensino Médio e ao Superior. Ainda que a taxa de analfabetismo na população acima de dez anos tenha caído de 19,7% em 1991 para 12,8% em 2000, muitos adolescentes e jovens são obrigados a sair da escola para sustentar ou ajudar no sustento da família.

---

<sup>4</sup> Fala do professor Jamil Cury durante o 3º Encontro de Educação de Jovens e Adultos. Anhembi, São Paulo, 5 e 6 de outubro de 2001.

<sup>5</sup> Não sendo o objetivo aprofundar aqui a discussão sobre a história da EJA, recomendamos a leitura do artigo de Haddad e Di Pierro (2000), onde esses autores discutem a trajetória da escolarização de jovens e adultos em diferentes momentos da vida nacional.

## Trabalho e desemprego juvenil

Os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que ao desemprego pode ser atribuída a principal responsabilidade pela concentração de renda. No que se refere à distribuição etária do desemprego, as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil. Segundo Pochmann (2000), o desemprego juvenil aumentou na década de 90 numa proporção superior ao desemprego total. Em 1996, 52,9% dos desempregados possuíam idade entre 10 e 24 anos. O fato da taxa de desocupação (0,4%) não ter acompanhado a expansão da força de trabalho (1,1%) indica que não houve emprego para todos que o procuraram, fenômeno que expressa as dificuldades de crescimento da economia nacional. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado. Um outro traço característico da década de 90 foi a geração de postos de trabalho precário, além da colocação em vagas instáveis e de baixa qualificação profissional. Em termos gerais, as portas do 1º emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos estratos populares. Quatro categorias caracterizam o desemprego no período: a) o desemprego de inserção, no qual existe a procura por um longo tempo pelo 1º emprego; b) o desemprego recorrente, caracterizado pela ocupação temporária; c) o desemprego proveniente da desestruturação produtiva nas empresas e d) o desemprego da exclusão, marcado principalmente pela situação de ausência de emprego por longo tempo e o conseqüente desestímulo para a procura de colocação no mercado. O sentimento de fracasso que acompanha o jovem que procura trabalho remunerado e não consegue representa uma porta aberta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime<sup>6</sup>. Os efeitos do desemprego para os jovens são bastante acentuados por esses se encontrarem num momento do ciclo de vida de intensa organização pessoal e social. A depressão, a ansiedade, a apatia e a baixa estima são manifestações recorrentes em jovens frustrados em suas buscas por inserção profissional. A socialização dos jovens ocorre nesse quadro de escassez de alternativas econômicas para a satisfação de necessidades pessoais e coletivas, em ambientes urbano-industriais saturados de signos e relações mediadas pela sociedade de consumo; campos férteis para a flexibilização da ética do *trabalho honesto*.

## A mortalidade entre jovens no Brasil – a epidemia dos homicídios

---

<sup>6</sup> De acordo com o IBGE, o Brasil tem 21,2 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos. Entre esses jovens, cerca de 30,7 mil cumprem medidas sócio-educativas, por terem cometido delitos. Cerca de 10 mil encontram-se internados em instituições penais para menores de idade (*Jornal do Brasil*, 13/07/2002, p. A2. Reportagem Luciana Navarro). Técnicos do Ministério da Justiça estimam que os presos entre 18 e 25 anos são cerca de 60% da população carcerária no Brasil. Assim, somados os adolescentes internados em instituições de correção ou submetidos a outras punições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o contingente de jovens infratores no país chega a 143 mil pessoas (*Jornal O Globo*/02/09/2001, p. 3).

Estima-se que no Brasil, a cada ano, cerca de 26 mil crianças e jovens entre 10 e 19 anos percam a vida por causas múltiplas, tais como acidentes, suicídio, doenças relacionadas à gravidez e outros fatores mórbidos, além da afecção por problemas crônicos de saúde ou deficiências que comprometem não apenas o período da juventude como toda a trajetória de vida<sup>7</sup>. Araújo (1998) conclui em seu trabalho sobre a mortalidade dos jovens brasileiros que as mulheres jovens têm aumentado sua mortalidade, principalmente por causa de doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunológicos. Por conta do homicídio, os homens jovens têm sofrido um aumento de mortalidade mais intenso, além da causa aludida acima para as mulheres.

Cerca de 70% das mortes de jovens deve-se a causas externas, principalmente, homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. Os homicídios, em especial, transformaram-se em verdadeira epidemia de violência que incide diretamente sobre a população jovem dos setores mais marginalizados social e economicamente da sociedade brasileira. As estatísticas indicam que o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo naquilo que se refere ao assassinato de jovens entre 15 e 24 anos, segundo estudo da UNESCO divulgado em agosto de 2000 e denominado *Mapa da Violência III*. O Rio de Janeiro se tornou a terceira capital brasileira mais perigosa para a vida de jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos. De 1989 a 1998, o percentual de jovens mortos por homicídios no Rio subiu 217,3%. O número de assassinados por 100 mil habitantes passou de 44,5 para 141,1 ao ano nesse período. Em 1998, foram registrados 1,3 mil homicídios de jovens no Rio, que ocupava, há 11 anos, a décima primeira colocação no ranking das capitais mais violentas do país para os jovens. Hoje, o Rio de Janeiro é superado apenas por Recife e Vitória – duas cidades que ultrapassam a casa de 200 homicídios por 100 mil habitantes.<sup>8</sup>

Segundo informações do Ministério da Saúde, no Brasil, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são quase 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as registradas no Canadá, na França ou na Itália. As taxas de mortalidade por homicídio, nessa faixa etária, cresceram em 130% no período entre 1980 e 1995. Nas regiões Sudeste e Centro Oeste, os índices saltam para 150% e 180%, respectivamente. Estes números mostram que esta causa de morte não está apenas concentrada nos grandes centros urbanos, sugerindo que o avanço populacional para o Norte e para o Oeste – regiões de garimpos e conflitos de terras – seja um facilitador de situações de violência.

Na última década o número de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos assassinados cresceu em 77%. Entre 1991 e 2000 a taxa de homicídio juvenil saltou de 66,5% para 98,8 por 100 mil mortos. Estes números excedem aqueles relativos a países em situação de guerra declarada. O tráfico e o consumo de drogas contribui fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios quer sejam como agressores ou como vítimas da violência.<sup>9</sup> Os traficantes de drogas encontram nos jovens das áreas populares

---

<sup>7</sup> Ver sitio do Ministério da Saúde <http://www.saude.gov.br/sps/areastecnicas/adolescente/homicidios.htm>

<sup>8</sup> Freitas, Marcelo. *Rio é 3º em violência contra jovens*. Rio de Janeiro: JB Quinta-feira, 17 de agosto de 2000.

<sup>9</sup> A presidência da República lançou em conjunto com os Conselhos Estaduais de Drogas de todo o País, em junho de 2002, a *Campanha Nacional Antidrogas* orientada para crianças e adolescentes. O primeiro

urbanas uma mão de obra barata e disponível para seus empreendimentos que se situam no contexto de uma rede ações criminosas que envolvem também o roubo, os jogos de azar, a exploração sexual, a extorsão e o comércio ilegal de armas.

### **O que dizem os indicadores sociais?**

O crescimento populacional de jovens e adolescentes que já foi denominada *onda jovem* (Madeira e Rodrigues, 1991) atingirá seu ápice no Brasil por volta do ano 2005 perfazendo um total entre 30 e 43 milhões de pessoas, momento em que a proporção de jovens começará a apresentar um declínio significativo. Até lá, será necessária radical inversão de prioridades nas políticas públicas, caso se queira estancar o perverso e explosivo processo de aumento das desigualdades sociais que gera os precários indicadores sociais da vivência da juventude para enormes contingentes de brasileiros.

O Estado brasileiro tem se comportado como um padrasto cruel no tratamento com amplas parcelas de suas jovens gerações. A preocupação quase exclusiva com a estabilidade monetária – representada principalmente pelo Plano Real, o auxílio financeiro aos bancos privados e a privatização das estatais – redundaram no descuido com o agravamento da crise social e a consolidação da oceânica distância entre os mais ricos e o mais pobres. É necessário, portanto romper com um ciclo de desenvolvimento caracterizado pelos altos ganhos do capital especulativo, reduzido crescimento econômico e exclusão social ampliada que já se estende na forma do fenômeno do endividamento das classes médias da sociedade brasileira.

Longe da festa dos ganhos de capital da globalização econômica, vive a juventude da periferia espacial e simbólica das grandes cidades do país e das regiões menos desenvolvidas do nordeste brasileiro. São nove milhões de jovens que sobrevivem em situação de extrema pobreza, abaixo da linha de R\$ 61 *per capita*.

Os indicadores sociais relacionados à situação dos jovens constituem-se numa eloqüente base empírica para a confirmação da noção de que as juventudes não são apenas muitas, mas são, fundamentalmente, constituídas por múltiplas dimensões existenciais que condicionam o leque de oportunidades da vivência da condição juvenil. A situação de exclusão e risco social de amplas parcelas das juventudes brasileiras exige medidas radicais e efetivas que denotem a inversão de prioridades de desenvolvimento econômico. Torna-se necessário que se desenvolvam, em conjunto com a descentralização das ações burocráticas, políticas integradoras entre as diferentes esferas governamentais e as ações

---

levantamento domiciliar sobre o uso de entorpecentes no país, a pesquisa nacional sobre o consumo de drogas nas maiores cidades brasileiras realizada pelo Governo Federal em 2002, constatou que 19,4% da população – um em cada cinco brasileiros, de 12 a 67 anos – já consumiu, pelo menos uma vez na vida, drogas como maconha, solventes, estimulantes de apetite ou cocaína. Considerando a população total do Brasil, isso equivale a mais de 32 milhões de pessoas. A pesquisa mostra ainda que 11,2% da população é dependente de bebida alcoólica, 9% de cigarro e 1% de cocaína. A pesquisa indicou também que 587 mil crianças e adolescentes entre 12 e 17 anos podem ser considerados dependentes de álcool, e cerca de 49 mil crianças e adolescentes da mesma faixa etária são dependentes de maconha (Megazine/O Globo, pg. 15, 18/06/2002).

realizadas no âmbito da sociedade civil, num esforço nacional de dotar o Estado de capacidade de investimento e coordenação de políticas públicas.

### III. Jovens pobres e vulnerabilidade social: Políticas Públicas e ações sociais<sup>10</sup>

Pensar os jovens no Brasil implica levar em conta as enormes disparidades sócio-culturais existentes e os diferentes contextos nos quais esses se constroem como sujeitos. Essa diversidade se acentua no contexto de uma crise<sup>11</sup> pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. Uma das expressões dessa crise são as transformações profundas no mundo do trabalho. Tanto no Brasil como no exterior, constata-se uma mudança nos padrões da organização do trabalho, que altera as formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Assim como no trabalho, a escola para essa parcela da população parece não constituir uma referência de valores na sua construção como sujeitos.

A situação dessas parcelas de jovens se vê ainda agravada pelo encolhimento do Estado na esfera pública, que não oferece soluções por meio de políticas que contemplem a juventude, o que gera uma privatização e despolitização das condições de vida. Nesse contexto, as famílias se vêem cada vez mais responsabilizadas por garantir a reprodução dos seus membros, não contando com quem as possa "ajudar a se ajudar" (Sarti, 1999).

Tanto Castel (1995) quanto Martins (1997) nos advertem sobre a imprecisão em caracterizar os jovens pobres como "excluídos", criticando um certo fetichismo da idéia da exclusão, que tende a suprimir as mediações existentes entre a economia e outros níveis e dimensões da realidade social. Para Martins (1997:20), o modelo socioeconômico brasileiro implementa...

*Uma proposital inclusão precária e instável, marginal. São políticas de inclusão de pessoas nos processos econômicos, na produção e circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente reprodução do capital.*

Assim, optamos em caracterizá-los como jovens pobres, vivenciando formas frágeis e insuficientes de inclusão num contexto de uma nova desigualdade social: a nova desigualdade que implica o esgotamento das possibilidades de mobilidade social para a maioria da população. Nela, a pobreza

---

<sup>10</sup> Consideramos como sendo situação de vulnerabilidade social juvenil o complexo e variável conjunto de fatores que faz com que os jovens se mostrem susceptíveis a processos de exclusão social e ao envolvimento com graves situações de violência física e simbólica. Parte-se do pressuposto que a vulnerabilidade se origina de processos de desigualdades sociais globais e que, por sua vez, provoca desvantagens sociais específicas. Na condição de vulnerabilidade concentram-se obstáculos e riscos a serem enfrentados por certos grupos sociais que desenvolvem táticas cotidianas – que nem sempre ocorrem em situações de legalidade – para a busca de superação dessas dificuldades colocadas à sobrevivência.

<sup>11</sup> A noção de crise é utilizada não no sentido de uma ruptura, de caos, mas de mutações e recomposições profundas nas relações sociais, onde se esgotam modelos anteriores e ainda não estão delineadas as novas, como sugere Melucci (1991).

mudou de forma, de âmbito e de conseqüências. Se, para as gerações anteriores, estava posta, mesmo que remota, a perspectiva de mobilidade por meio da escola e/ou do trabalho, para os jovens de hoje essa alternativa não mais se apresenta. Nesse sentido se instaura o quadro da crise: os velhos modelos nos quais as instituições tinham um lugar socialmente definido já não correspondem à realidade. O trabalho não oferece mais um tipo de regulação da sociedade, a escola não cumpre a função de moralização e mobilidade social, e novos modelos ainda não estão delineados. O que antes se caracterizava como uma possibilidade de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão, hoje, para parcelas de jovens pobres, está se transformando em um meio de vida.

Não se registrou durante toda a década de 90 e os dois primeiros anos deste século, a existência de políticas nacionais integradas destinadas à juventude. Para os jovens brasileiros, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social e por isso menos dotados de redes sociais de proteção – vítimas principais do desemprego pessoal e familiar e da morte por causas violentas –, as conseqüências do enfraquecimento do Estado e da privatização da esfera pública foram ações governamentais fragmentárias no âmbito de vários ministérios e secretarias de governo nas esferas da União, dos Estados e municípios, ainda que em muitas cidades tenham surgido iniciativas inovadoras que buscaram contar com a participação de segmentos juvenis na formulação e implementação de ações. As políticas públicas dirigidas à juventude se desenvolveram concomitantemente a uma ampla e dispersa rede de iniciativas de ação assistencial privada a cargo do denominado terceiro setor, “constituído por grande número de intervenções educativas e assistenciais promovidas por ONGs, igrejas, associações etc. com financiamento parte público e em parte privado, oriundo de fundações empresariais ou de empresas privadas diretamente” (Singer, 2001:122).

A seguir serão apresentadas considerações sobre a situação dos direitos sociais no Brasil contemporâneo, assim como um balanço analítico sobre as políticas públicas de âmbito nacional destinadas à juventude nos anos 90. Destacamos também o lugar das iniciativas oriundas da sociedade civil no desenvolvimento de projetos e ações sociais destinados a adolescentes e jovens.

### **Os direitos sociais na recente experiência democrática brasileira**

Após a ditadura civil-militar (1964-1984) a sociedade brasileira emergiu com alto grau de complexificação, alargando processos sociais que já se anunciavam no contexto da luta pela ampliação das liberdades democráticas e garantia de direitos sociais, e produzindo outros tipos de associativismos e mobilizações antagonistas, num quadro de relativa liberdade democrática assegurado pela lei de anistia política. O cientista social Moacyr Guilherme dos Santos denominou, de maneira perspicaz, a intensificação do movimento associativo no Brasil após a ditadura como sendo a *pós-revolução brasileira*. O período ditatorial também foi a ditadura do grande capital que modernizou as forças produtivas e possibilitou o desenvolvimento dos fundamentos objetivos da sociedade civil brasileira. Nesse contexto, surgiram e se fortaleceram movimentos sindicais, associativos e partidários, tal como o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem Terras

(MST) que durante toda a década de 90 se apresentaram como forças sociais antagônicas às elites políticas e econômicas que sempre tiveram a hegemonia dos aparelhos governamentais e ideológicos do Estado.

O caso brasileiro foi, em grande medida, similar ao que ocorreu nos demais países da América Latina, onde os movimentos sociais foram decisivos para a redefinição dos sentidos da política e do papel do Estado. A descentralização provocada pela quebra do poder militar ocasionou a difusão de inúmeras centralidades políticas pelos diferentes espaços do território nacional. As lutas populares urbanas ganharam destaque naquilo que se refere à busca de melhorias da reprodução social ampliada da força de trabalho e garantias de direitos sociais. As contradições sociais urbanas, ocasionadas pelo desenvolvimento desigual capitalista e antes reprimidas pela ditadura, foram enfrentadas por inúmeros movimentos sociais – de grau de politização e organização social variados –, que combateram na prática social a lógica perversa da histórica combinação entre crescimento econômico e produção de pobreza.

Na década de 1980 emergiu uma nova noção de cidadania. Segundo Dagnino (1994), essa noção foi presidida por duas dimensões. Em primeiro lugar pelo fato de que ela está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc – cabe incluir nesse rol as diferentes mobilizações sociais da juventude, tanto as de caráter estritamente político como aquelas relacionadas mais diretamente ao plano da expressividade cultural. Na organização desses movimentos sociais se evidenciou a luta por *direitos* – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença e à expressividade – praticado por novos sujeitos que se apresentaram como socialmente ativos e não apenas cidadãos-consumidores.

Paoli e Teles (2000), também compartilham da percepção de que o significativo legado dos anos 80 foi o fato de as lutas sociais terem alargado o campo do político por via de uma noção ampliada e redefinida de direitos e cidadania, criando um espaço público informal. A nova dinâmica associativa e organizativa da sociedade alterou a herança autoritária presente nas formas e conteúdos do fazer político que imperou durante os 20 anos da ditadura civil-militar brasileira. O processo constituinte de 1988, além de alterar as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos, provocou um verdadeiro efeito cascata nas Constituições Estaduais e nas leis orgânicas municipais. O novo ordenamento jurídico da Constituição de 1988, além de incorporar agenda universalista de direitos e proteção social, trouxe como marca exigências legais da participação na gestão da coisa pública acenando, assim, com as possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania.

O longo e continuado processo de redemocratização da sociedade brasileira pode ser caracterizado como uma aprendizagem social de ampla e variada escala, no qual se evidenciou o sentido de que a garantia formal dos direitos pelo Estado não encerraria os múltiplos sentidos da noção de cidadania. O movimento das eleições *diretas já* para Presidente em 1984 – mesmo que malogrado por acordo por cima que redundou na escolha de Tancredo Neves por Colégio Eleitoral de Deputados e Senadores – e as mobilizações populares pelo

impeachment do Presidente da República em 1992, são eventos emblemáticos do processo de duas décadas no qual expressivas parcelas da população cobraram nas ruas o direito de participação direta nas definições dos rumos do sistema social brasileiro. Esse novo protagonismo da sociedade civil trouxe profundas conseqüências para a constituição e difusão de uma nova cultura democrática em nosso país, surgida a contrapelo da tendência dominante aprofundada nos anos 1990, de *recolhimento da subjetividade à esfera da vida privada, contexto em que o mercado reorganiza o mundo público como palco de consumo e dramatização dos signos de status* (Canclini, 1998:288). Dessa forma, o caráter educativo da participação nas cidades brasileiras foi o da contraposição à despolitização das práticas sociais urbanas que ocorre em nome do pragmatismo do mercado.

A conquista do poder local em muitas cidades brasileiras demonstrou o falso dilema presente na polarização entre estadismo sem sociedade e responsabilização absoluta da sociedade civil em negação aos vícios do estado burocrático, naquilo que se refere à busca de garantia dos direitos sociais. No âmbito das municipalidades, experiências como a da elaboração participativa do orçamento público demonstraram a viabilidade da realização de políticas públicas implementadas como ações de governo, em muitos momentos contando mesmo com parcerias executivas de organizações não governamentais e movimentos sociais, mas, tendo como aspecto principal, o fato de terem sido orientadas de baixo para cima desde as variadas demandas e necessidades emergentes da sociedade civil.<sup>12</sup>

### **Políticas públicas fora de foco**

No contexto da referida ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e adolescentes, especialmente as oriundas das classes populares. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), promulgado em 1990, é marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs transformar o estatuto da menoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei.<sup>13</sup> Sobre o foco de atenção das políticas públicas

---

<sup>12</sup> Sobre a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre ver Baierle (2000).

<sup>13</sup> No ano de 2002 o ECA completou 12 de existência. Nesse tempo, o país vivenciou intensas discussões sobre a questão dos direitos sociais da criança (até 12 anos incompletos) e do adolescente (entre 12 e 18 anos). Nesse debate a temática mais acalorada é, sem dúvida, a que divide os defensores da redução da idade penal e nós que julgamos de fundamental importância manter a integridade da doutrina de proteção integral e seus instrumentos de medidas sócio-educativas para os adolescentes em conflito com a lei. Estudos científicos foram desenvolvidos, organismos judiciais instituídos, centros de pesquisa, proteção e atendimento se organizaram seguindo os preceitos da denominada *doutrina de proteção integral* à criança e ao adolescente que substituiu a *doutrina da irregularidade* do antigo Estatuto do Menor. Segundo Rizzini (2001) surgiram no Brasil propostas reconhecidamente inovadoras de programas que visam alternativas de atendimento aos segmentos mais vulneráveis da população e uma multiplicidade de publicações que versam sobre os direitos deste grupo. No entanto, observa-se a persistência de idéias e práticas que vigoraram por séculos no Brasil, as quais, longe de garantir os direitos básicos das crianças, continuam focalizando situações de emergência. A citada pesquisadora alerta que é recente e ainda pouco expressiva a busca de ações preventivas, acopladas à vida da criança e do jovem em suas famílias e comunidades e voltadas para a proteção, defesa e garantia de seus direitos.

para a juventude, Spósito (2002) alerta, contudo que o duplo recorte do ECA, etário – adolescentes – e econômico social pode operar com seleções que acabam por impor modos próprios de conceber as ações públicas. Dessa forma:

*(...) se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda efetivamente vivem as condições juvenis. De outra parte, no conjunto das imagens não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que pode estar, ou não, no horizonte das ações públicas em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos (p. 8).*

Determinado segmento da juventude brasileira, notadamente aquele acima de 18 anos de idade, vivencia a vacuidade de políticas para sua especial situação de não ser mais adolescente. Ao mesmo tempo em que não contam mais com as prerrogativas da doutrina de proteção integral do ECA, tampouco se encontram em situação de conforto econômico-social familiar pessoal que os possa dispensar da proteção de políticas específicas de seguridade e acesso a direitos universais de cidadania.

No Brasil não existem políticas nacionais integradas e concebidas para a efetiva inclusão social, cultural e política dos jovens. Essa ausência de projeto global de desenvolvimento daqueles que costumam ser denominados de “futuro da nação” é suprida por decisões de governo que, em linhas gerais, procuram responder a demandas emergenciais específicas e quase sempre ao sabor da pressão da opinião pública – invariavelmente sob a mediação dos grandes canais de comunicação – que reage quando os indicadores da segurança pública atingem níveis alarmantes ou quando algum fato, em geral trágico, envolvendo jovens ganha status de grande notícia nacional ou internacional. A ausência de produção de conhecimentos científicos e continuados sobre a situação dos jovens num país de dimensões continentais pode ser apontada também como elemento que dificulta a tomada de decisões e faz com que as políticas sejam orientadas por aquilo que poderíamos chamar de administração de problemas por solução e crise.

É possível afirmar que vivemos uma valorização retórica da juventude, no qual a proclamação das boas intenções políticas se dissocia de práticas efetivas de combate à realidade dos processos sociais, culturais e econômicos que envolvem as distintas situações da vivência da juventude no Brasil. Abramo (1997), ao tecer considerações sobre a tematização da juventude no Brasil, reconhece ser recente a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens, e que, apesar de terem sido alçados à categoria de “problemas sociais”, os jovens não têm ocupado o mesmo espaço na formulação das políticas públicas.

Segundo Rua (1998), os traços característicos das políticas públicas brasileiras seriam dados mais por aspectos relacionados com fragmentação e superposição, descontinuidade administrativa, centralidade na oferta e menos pela demanda efetiva dos sujeitos, além de instrumentos de avaliação e controle inadequados e precários. Esses traços expressariam padrões de autoritarismo e centralização típicos de nossa formação histórica e das heranças de um passado recente marcado pelo autoritarismo. Haveria significativa separação entre mecanismos de decisão/ formulação e implementação da política, desarticulação entre a política econômica e a política social e dificuldades para a elaboração de políticas focais, elementos bastante importantes em um país cujas necessidades sociais, setoriais, locais e regionais são muito heterogêneas. No Brasil é possível até encontrar ações destinadas ao segmento juvenil no interior de várias ações governamentais, mas, em sua grande maioria, essas se inserem em políticas que atingem diversas faixas etárias.

As políticas públicas de juventude no Brasil teriam o grande defeito da falta de focalização, sendo formuladas sem a definição da clientela prioritária. Ainda segundo Rua (idem), embora direitos sejam universais recursos devem ser redistribuídos de acordo com necessidades sociais, setoriais, locais e regionais. Nos programas do governo federal, entretanto, essa não seria a regra. Os dados examinados pela autora sobre as políticas do final dos anos 90 indicam, inicialmente, que nenhuma das políticas nas áreas relacionadas com jovens excluídos de chance de emprego e em outras situações de risco social, está especificamente voltada para os jovens, nem mesmo a de educação, que abrange também a infância e a educação de adultos. Assim, como regra, no Brasil, são raras as políticas que contemplam a especificidade da juventude. E, embora essa represente uma fase da vida caracterizada por situações de grande vulnerabilidade devido a comportamentos e atividades de alto risco, nem mesmo no âmbito da segurança e da saúde as políticas são formuladas de maneira a contemplar as especificidades dos jovens que estariam diluídas em ações genéricas destinadas a todas as faixas etárias. As demandas por políticas públicas para a juventude permaneceriam, então, como estado de coisas precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos (Rua, 1998:739).

Assim, isso que poderíamos denominar como uma desorientação política por falta de foco, teria ainda a característica do desenvolvimento de políticas sociais desprovidas de conceituação aprofundada sobre as especificidades dos ciclos de vida.

É possível afirmar que, em linhas gerais, os projetos especiais destinados aos jovens dirigem-se prioritariamente àqueles considerados em situação de risco social, mas surgem com fortes características de desagregação interna entre os órgãos executores e os demais níveis governamentais de intervenção. A perspectiva compensatória e salvacionista é tônica da maioria das iniciativas que assumem caráter profilático ou corretivo das possíveis distorções causadas pela imersão desses jovens em contextos de desvantagens sociais. Nessa perspectiva é comum encontrarmos o discurso da utilização das artes, do esporte e do trabalho como corretivos morais aos riscos das drogas, do vício e do crime. Essa

utilização funcionalista da cultura e do trabalho encontra contraponto em algumas poucas iniciativas – em sua maioria desenvolvida no âmbito das cidades administradas por governos e algumas ONGs de orientação progressista – que investem na participação da juventude na elaboração e execução das políticas. Nesses casos, os jovens são vistos como colaboradores e partícipes dos processos e não apenas enquanto “população alvo” tal como em políticas e ações sociais conservadoras que, em geral, preocupam-se menos com a cidadania ativa e mais com o controle do tempo livre dos jovens populares e a busca da integração da juventude excluída à ordem social.

Madeira e Rodrigues (2002), discutindo a situação demográfica dos adolescentes no Brasil, alertam para a necessidade de as políticas sociais contemplarem o volume percentual das demandas e a sua distribuição no espaço geográfico, além de estarem atentas às especificidades e heterogeneidade dos espaços. Mesmo considerando que possa ser corriqueira essa preocupação, alertam para o predomínio das políticas de natureza compensatória e focalizadas em determinados públicos-alvo e em geral implementadas por ONGs em parcerias ou não com os governos. Propostas de intervenção dessa natureza, mesmo quando bem resolvidas, poderiam até atuar positivamente no destino de alguns indivíduos, mas se encontrariam longe de enfrentar a questão social que persiste nas mesmas dimensões.

Neste sentido, a fragilidade das políticas nacionais é expressa pela combinação entre a incapacidade do Estado em formular políticas públicas com foco nítido e a tendência de se transferir dotações orçamentárias e responsabilidades executivas para o denominado terceiro setor. Um diagnóstico comum a muitos especialistas brasileiros é, portanto, o de que existe uma crise real de formulação e implementação de políticas de caráter universalista especialmente focadas na juventude de maior vulnerabilidade social.

Além disso, como afirma Abramo (1997), em sua grande maioria, são raras as experiências que consideram os jovens enquanto interlocutores significativos em sua formulação e implementação. Em geral as políticas são construídas para os jovens sob a ótica dos problemas definidos pelo mundo adulto, e não sob a ótica dos direitos de juventude.

No que pese o precário quadro nacional das políticas relacionadas com a juventude, no Brasil, é possível afirmar que, na década de 90, a emergência do novo veio das experiências locais de inúmeras cidades brasileiras que implementaram políticas globais orientadas para a participação popular na definição das prioridades políticas municipais. Os jovens foram atores chave dessa verdadeira revolução social que surge do chão da urbanidade brasileira. Se considerarmos que é o conflito que cria o ator coletivo, poderemos afirmar que as cidades, ao estabelecerem canais de participação popular, possibilitaram também a consolidação de novas e participantes identidades coletivas.

Um dos mais importantes desafios para as políticas públicas orientadas para os jovens diz respeito à capacidade que os planejadores possuem para estabelecer condições favoráveis à participação dos jovens na investigação da situação juvenil, na elaboração de propostas, desenvolvimento de ações e avaliação de processos relacionados com políticas setoriais para juventude ou mesmo políticas globais que necessitem contar com o amplo envolvimento juvenil.

É neste sentido que se torna de fundamental importância reconhecer e discutir os múltiplos significados da efetiva realidade das práticas de participação juvenil que ocorreram ao longo dos anos 90.

#### **IV - Participação social e cultural dos jovens brasileiros**

Na abordagem do tema da participação juvenil torna-se necessário um primeiro movimento de desconstrução do conjunto de imagens e certezas socialmente elaboradas e que dificultam a apreensão da dinâmica própria através da qual os jovens se apresentaram na cena pública ao longo da década de 90. É o que nos propomos nesse item, buscando compreender as formas e temas em torno das quais os jovens vieram e vêm se mobilizando e se inserindo na esfera pública, forçando sua visibilidade num contexto adverso que tende a lhes negar a condição de sujeitos de direitos.

Uma primeira imagem a ser superada é aquela que restringe a idéia de participação às formas de militância nos partidos políticos ou no movimento estudantil, dois espaços tradicionais de inserção dos jovens na vida política. E é, quase sempre, nesse enfoque que se avalia o grau de participação das novas gerações através de pesquisas e sondagens, cujos resultados tendem a ser pessimistas. A pesquisa “Os jovens e o consumo sustentável”<sup>14</sup>, por exemplo, revela que apenas 10% dos entrevistados declararam interesse pela política, menor do que aqueles que revelaram gostar de videogame (11%). Essa mesma pesquisa mostra que os adolescentes de 16 e 17 anos, apesar de representarem 3% da população apta a votar, mal passam de 1% do eleitorado.<sup>15</sup>

Essa direção é reforçada pela pesquisa “Juventude: cultura e cidadania”<sup>16</sup> que constatou a baixa participação em atividades políticas e afins. Quando perguntados pelos assuntos que mais interessam aos jovens, a política aparece em 7º lugar, citado por 11%, abaixo de temas ligados a emprego (37%), educação (30%), cultura e lazer (27%), família (25%), relacionamentos/amizades (22%) e esportes (20%). Esse quadro é reforçado quando se constata um descolamento entre as instituições políticas e o cotidiano dos jovens, levando-os a ver a política como algo distante, quando não inalcançável. Menos da metade (39%) acredita ter influência sobre a política, contra 56% que acreditam não influenciar a política. Os jovens pesquisados demonstram uma mesma expressão desse distanciamento quando concordam que a política é importante, mas para ser feita pelos outros: concordam totalmente (25%) ou em parte (18%) que política é algo a ser feito “só por profissionais, como deputados e senadores”.

Pesquisas como essas, quando analisadas de forma descontextualizada, reforçam estereótipos socialmente criados a respeito da juventude brasileira nesse final de século, muito bem representada em um artigo de Manfredini no qual

---

<sup>14</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Akatu e publicada no Folhateen, Jornal Folha de São Paulo, p.3,29/04/2002.

<sup>15</sup> Gabarito/Correio Brasiliense, pg.14 a 16, 17/06/2002.

<sup>16</sup> Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999, atingindo 9 milhões de jovens de 15 a 24 anos em nove regiões metropolitanas brasileiras. In: Venturi, Gustavo e Abramo, Helena. Candidatos a cidadãos. In: Um ano de juventude. Relatório da Comissão Extraordinária Permanente da Juventude. Câmara Municipal de São Paulo.2001

comenta a já referida pesquisa do *Instituto Akatu*: “é o retrato devastador de uma juventude individualista, consumista, pregada à TV, que odeia livros e política, não se sente responsável pelas transformações sociais e pensa em obter um diploma só para ter uma profissão”<sup>17</sup>. Essas representações, cujo modelo simbólico é a idealizada juventude de 68, reafirmam a tematização da juventude como um “problema social”, tanto na opinião pública como em correntes do pensamento acadêmico (Abramo, 1997). Ao mesmo tempo reforçam um certo ceticismo, no qual os jovens seriam apenas a expressão radical de uma sociedade que se volta sobre si mesma, numa exacerbação da esfera íntima e de interesses de natureza individualista. Mas será essa toda a realidade da juventude dos anos 90 no Brasil ou estaremos diante de problemas de observação e investigação que não conseguiram e não conseguem perceber novas formas e espaços de ação coletiva dos jovens?

Não podemos escamotear a existência, por parte dos jovens, de uma negação das formas tradicionais de participação, como os partidos e sindicatos, principalmente quando essas são dominadas pelos vícios do clientelismo e nepotismo. Mas este não é um fenômeno tipicamente nacional, sendo também constatado na Europa: pesquisas evidenciam o afastamento dos jovens dos sindicatos, mas não a sua negação; a desconfiança em relação aos partidos, mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente; e a busca de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda (Sposito, 2000; Bendit, 2000). Acreditamos assim que, ao contrário dos estereótipos existentes, a juventude brasileira desenvolveu formas de participação social, muitas delas passando despercebidas, ou não sendo consideradas devido ao seu caráter descontínuo.

As novas formas e temas através das quais os jovens vêm se colocando na cena pública podem ser indicador de um quadro de crise das formas tradicionais de participação, o que aponta para processos de mutação no campo da política, no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social, muitas vezes de forma fluida e pouco estruturada.

### **Novos tons da participação**

Durante a década de 80 e 90 os jovens tomaram as ruas em vários momentos, tomando parte ativa em decisões nacionais como a campanha pelas Diretas Já e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Além dessas mobilizações, em vários momentos grupos juvenis, mais ou menos numerosos, vieram a público pelos mais diferentes motivos, desde a demanda por passes livres de ônibus até questões mais gerais como o repúdio do acordo com a Associação do Livre Comércio (ALCA). Mas grande parte dessas mobilizações ocorreu com significativa independência das organizações juvenis tradicionais e sempre tiveram um caráter descontínuo, onde os momentos de visibilidade foram sucedidos por momentos de latência, não sendo vistas como expressões válidas de ações políticas. Outras modalidades de ações coletivas, apesar de serem ainda

---

<sup>17</sup> Texto retirado da página: [http://www.vermelho.org.br/colunas/manfredini\\_0329.asp](http://www.vermelho.org.br/colunas/manfredini_0329.asp)

pouco estudadas, surgem como as associações em torno de atividades voluntárias, comunitárias ou de solidariedade. As formas de mobilização e organização são as mais diversas, acontecendo desde campanhas pontuais como aquelas que recolhem alimentos contra a fome ou mobilizações em torno da qualidade de vida e do meio ambiente até mesmo o surgimento de organizações não governamentais (ONGs) criadas e geridas por jovens, com ações mais contínuas em diferentes direções. Chama a atenção o caráter local dessas ações, articulando-se a partir dos espaços de moradia e de questões relacionadas com a urbanidade, elevando a cidade como espaço e tema preferencial da participação juvenil.

Essas novas formas de participação ficaram evidentes no Fórum Social Mundial, realizado em fevereiro de 2002 em Porto Alegre. Entre os 60.000 participantes, havia mais de 20.000 jovens de todo o Brasil, da América Latina e da Europa. O Acampamento da Juventude tornou-se uma inversão da Torre de Babel, no qual a diversidade não impediu a convivência calorosa e criativa de línguas, costumes, engajamentos políticos, expressões culturais e estilos os mais diferentes, onde as mais diversas “tribos” puderam vivenciar na prática o slogan do Fórum: “*um outro mundo é possível*”. Significou um verdadeiro ritual, espaço de encontro, de festa, de celebração e revitalização de utopias, um contraponto ao clima de incertezas da globalização neoliberal.

Uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre a juventude na década de 90<sup>18</sup> é o alargamento dos interesses e práticas coletivas juvenis, com ênfase na importância da esfera cultural que fomenta mecanismos de aglutinação de sociabilidades, de práticas coletivas e de interesses comuns, principalmente em torno dos diferentes estilos musicais. O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza. Muitos deles deixam de ser simples fruidores e passam também a ser produtores, formando grupos musicais das mais diversas tendências, compondo, apresentando-se em festas e eventos, criando novas formas de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual além da lógica estreita do mercado (Dayrell, 2001).

Se na década de 60 falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes de classe média e ao movimento estudantil, nos anos 90 implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade dos estilos culturais existentes, protagonizada pelos *punks, darks, roqueiros, clubbers, rappers, funkeiros* etc. Muitos desses grupos culturais apresentam propostas de intervenção social, como os *rappers*, desenvolvendo ações comunitárias em seus bairros de origem.

A centralidade da dimensão da cultura na vida dos jovens, aliada ao lazer, é confirmada na pesquisa da *Fundação Perseu Abramo* sobre a qual nos referimos anteriormente. Nas respostas sobre o que fazem do tempo livre, os jovens

---

<sup>18</sup> Spósito, 1993; Abramo, 1994; Andrade, 1996; Carrano, 2002; Costa, 1993; Dayrell, 1999 e 2001, Herschmann, 1997 e Vianna, 1997.

ressaltam a predominância de atividades de diversão, de passeio, de fruição de bens da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, em contraste com baixos graus de fruição de formas de cultura erudita ou não industrializada (como museus, teatro, exposições, espetáculos de dança etc). É importante notar o expressivo contingente de jovens que conhecem e acompanham as atividades de outros jovens e/ou se auto-organizam em grupos ligados a atividades culturais e de lazer. Afirmam conhecer algum “grupo cultural jovem no seu bairro ou comunidade” 56% dos jovens entrevistados, sobretudo grupos de música (33%), mas também de dança (15%), patins ou skate (13%), de teatro (12%), de ciclistas (11%), pichadores (11%), grafiteiros (9%) e de rádios comunitárias (5%), entre outros menos freqüentes. São membros de algum grupo dessa natureza 11% dos jovens, e não são membros, mas participam de suas atividades (como espectadores ou acompanhantes) outros 6%. Segundo Abramo (2001),

*(...) trata-se de um grau de auto-organização e mobilização em torno das atividades culturais e de lazer que, embora minoritário, supera a participação em atividades de cunho político, através dos diferentes canais institucionais disponíveis (p.24).*

Esse quadro indica que as dimensões do consumo e da produção culturais têm se apresentado como campo social aglutinador dos sentidos existenciais da juventude, proporcionando também a formação de novas identidades coletivas. É preciso, contudo que se tenha atenção para o fato de que as práticas coletivas juvenis não são homogêneas. As configurações sociais em torno de identidades culturais não se constituem abstratamente, mas se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar num contexto de múltiplas influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico. Em torno do mesmo estilo cultural podem ocorrer práticas de delinqüência, intolerância e agressividade, assim como outras orientadas para a fruição saudável do tempo livre ou ainda para a mobilização cidadã em torno da realização de ações solidárias.

A mobilização em torno das expressões culturais pode estar apontando para questões centrais na sociedade contemporânea. Podem ser expressão do processo de transformações profundas pelas quais vem passando a sociedade brasileira e mundial, tendo na informação, no campo simbólico e na disputa do controle dos recursos simbólicos o eixo em torno dos quais se caracteriza a chamada sociedade complexa.

É preciso, portanto, reconhecer o campo do consumo também como espaço social de riscos e possibilidades. O surgimento de um mercado voltado especificamente para os jovens a partir da década de 50 trouxe não apenas industrialização dos gostos, mas riscos e possibilidades em torno de uma nova noção de cidadania cultural mediada pelos mercados de consumo (Canclini, 1996). Nos diferentes contextos de produção cultural os jovens podem estar articulando novas formas organizativas. Os grupos musicais, principalmente os

constituídos por jovens pobres, articulados em torno dos mais diversos estilos<sup>19</sup> são exemplos significativos dessas novas formas de agregação.

Tomando como exemplos os estudos realizados<sup>20</sup> em torno desses grupos musicais, com ênfase nos estilos rap e funk, podemos constatar uma multiplicidade de significados que estes passam a desempenhar junto aos jovens pobres. Um primeiro aspecto diz respeito ao exercício da criatividade. Os estilos musicais tendem a possibilitar que os jovens se introduzam na cena pública para além da figura do espectador passivo, colocando-se como criadores ativos, contra todos os limites de um contexto social que lhes nega a condição de criadores. Dessa forma, as experiências nos grupos musicais assumem um valor em si, como exercício das potencialidades humanas. As músicas que criam, os shows que fazem, os eventos culturais dos quais participam aparecem como forma de afirmação pessoal, além do reconhecimento no meio em que vivem, contribuindo para o reforço da auto-estima. Ao mesmo tempo, por meio da produção cultural que realizam, principalmente o rap e seu caráter de denúncia, coloca em pauta no cenário social o lugar do pobre.

O outro aspecto diz respeito à dimensão da escolha. Os estilos musicais se colocam como um dos poucos espaços onde os jovens podem exercer o direito a escolhas, elaborando modos de vida distintos e ampliando o leque das experiências vividas. Essa dimensão se torna mais importante quando levamos em conta que é o exercício da escolha, junto com a responsabilidade das decisões tomadas, uma das condições para a construção da autonomia. Se a escolha e a autonomia são frutos de aprendizagens, podemos nos indagar: quais os espaços que esses jovens encontram no mundo adulto em que podem exercitar a prática de escolhas responsáveis e se construir como sujeitos autônomos?

Outra dimensão presente nesses espaços e tempos de sociabilidade é a alternativa que os estilos musicais proporcionam de vivência da condição juvenil. Para a maioria desses jovens, os estilos funcionam como um rito de passagem para a juventude, fornecendo elementos simbólicos, expressos na roupa, no visual ou na dança, para a elaboração de uma identidade juvenil. Esses estilos musicais são referências para a escolha dos amigos, bem como para as formas de ocupação do tempo livre, em duas dimensões constitutivas da condição juvenil: o grupo de pares e o tempo de lazer. A convivência continuada em grupos, ou mesmo em dupla, possibilita a criação de relações de confiança, a aprendizagem de relações coletivas, servindo também de espelho para a construção de identidades individuais. Assim, os grupos de estilos também são *grupos de atitudes compartilhadas* (Carrano, 2002).

---

<sup>19</sup> "Estilo é aqui definido como uma manifestação simbólica das culturas juvenis, expressa em um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais, que os jovens consideram representativos da sua identidade individual e coletiva. Na construção de um estilo, os jovens escolhem determinado gênero musical que consomem, criam um tipo de visual e espaços próprios de diversão e atuação. Assim o estilo pressupõe o cruzamento dos campos do lazer, do consumo, da mídia e da criação cultural (Dayrell, 1999 e 2001).

<sup>20</sup> Para mais detalhes sobre o funk, ver Carrano (2002), Dayrell \*(2001), Herschamann (2000), Sansone (1997), Vianna (1987 e 1997), entre outros. Sobre o hip hop ver Dayrell (2001) e Sposito (1993).

Os jovens enfatizam que a adesão aos estilos gera uma ampliação dos circuitos e redes de trocas, evidenciando que os estilos musicais, bem como os grupos de produção cultural se constituam como produtores de sociabilidades. A dinâmica das relações existentes, o exercício da razão comunicativa, a existência da confiança, a gratuidade das relações, sem outro sentido que não a própria relação, são aspectos que apontam para a centralidade da sociabilidade no processo de construção social desses jovens. Nesse sentido, os estilos podem ser vistos como respostas possíveis à despersonalização e à fragmentação do sistema social, possibilitando relações solidárias e a riqueza da descoberta e do encontro com os outros.

A observação dessa realidade permite compreender que, de forma geral, os grupos de produção cultural, mesmo com abrangências diferenciadas, podem significar uma referência na elaboração e vivência da condição juvenil, contribuindo de alguma forma para dar um sentido à vida de cada um, num contexto onde se vêem relegados a uma vida sem sentido. Ao mesmo tempo, pode possibilitar a muitos jovens uma ampliação significativa do campo de possibilidades, abrindo espaços para sonharem com outras alternativas de vida que não aquelas restritas oferecidas pela sociedade. Querem ser reconhecidos, querem uma visibilidade, querem ser alguém num contexto que os torna invisíveis, ninguém na multidão. Querem ter um lugar na cidade, usufruí-la, e transformar o espaço urbano em valor de uso. Enfim, eles querem ser jovens e cidadãos, com direito a viver plenamente a sua juventude. Este parece ser um aspecto central: pelos grupos de produção cultural, os jovens estão reivindicando o direito à cidade e à juventude.

Por outro lado, não podemos esquecer que a produção cultural desses grupos, em sua maioria, se mostra frágil e marcada pela precariedade e pelo amadorismo. É interessante perceber que, se o mundo da cultura se mostra um espaço mais democrático para esses jovens construírem um estilo próprio, o mesmo não acontece quando eles passam a pretender disputar um nicho próprio e sobreviver das atividades culturais. As barreiras são muitas, entre elas o acesso restrito aos bens materiais e simbólicos e a falta de espaços que possibilite um conhecimento mais amplo e profissionalizado do funcionamento do mercado cultural. As escolas públicas pouco ou nada investem na formação cultural, e quase não existem nas cidades instituições públicas na área cultural que possibilitem o acesso aos conhecimentos específicos da área. Ao mesmo tempo os jovens pobres se vêem obrigados a se dividirem entre o tempo do trabalho e o tempo das atividades culturais, dificultando o investimento no próprio aprimoramento cultural. Vivenciam um dilema: estão motivados com a produção cultural, sonham em poder dedicar-se integralmente a tais atividades, mas no cotidiano precisam investir boa parte do seu tempo em empregos ou *bicos* que garantam a sua sobrevivência, e mesmo assim quando os têm. Esses jovens conseguem manter uma cena cultural viva e de alguma forma atuante, o fazem da forma que podem, de acordo com os recursos materiais e simbólicos a que têm acesso.

### **Algumas hipóteses em torno das ações coletivas juvenis**

Essa visão panorâmica sobre os novos sentidos da participação, nos leva a perguntar pelos significados possíveis dessa ampliação do campo das ações coletivas juvenis, da sua diversificação e das novas características que assumem. O que esses processos participativos podem nos revelar a respeito do caráter das ações coletivas juvenis no Brasil?

Um ponto de partida é definir a forma de como tratá-las, dada ao caráter diverso de suas formas de organização, dos estilos de intervenção bem como dos seus conteúdos. Sposito (2000:82) sugere trata-las como *redes conflituosas* que seriam “formas da produção cultural, ou seja, ativação de condutas em torno de conflitos, mesmo que em práticas ainda emergentes”, como é o caso do movimento hip hop e boa parte das ações dos grupos juvenis no campo cultural.

Considerar as ações coletivas juvenis como redes conflituosas é levar em conta uma multiplicidade submersa de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, que assumem uma estrutura segmentada, reticular, policéfala, formando uma rede de comunicação e troca entre os diversos núcleos que a constituem. Trata-se, no dizer de Melucci (1991), de uma estrutura “submersa” ou de “latência” que nos momentos de mobilização, que podem existir ou não, tornam explícitas as ligações existentes entre os diferentes núcleos. É esse caráter de rede submersa que faz com que as ações coletivas juvenis muitas vezes passem desapercibidas.

Compreender as ações coletivas juvenis como redes também é profícuo na medida em que permite enfatizar as práticas culturais e redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam as mesmas nos momentos de latência e de mobilização, buscando os significados culturais nas práticas políticas e na ação coletiva (Alvarez, 2000:35). Possibilita assim avaliar a extensão em que os discursos e práticas circulam em espaços institucionais e culturais mais amplos.

As ações coletivas juvenis compreendidas como redes sociais, nos colocam diante da tensão existente entre a dimensão local e a dimensão global tanto do ponto de vista da produção cultural quanto do ponto de vista espacial. Essa discussão tem de ser apresentada no contexto do processo das transformações sócio-culturais que vêm alterando o perfil da produção social em âmbito mundial. Ela tornou as populações locais informadas sobre mercadorias, estilos de vida, símbolos e culturas remotas, como nunca dantes; mas, graças à substancial ampliação dos horizontes dentro dos quais as populações locais medem suas realizações, talvez tenha intensificado o sentimento de privação relativa.

Tornou-se necessário pensar em termos de “heterogeneização global”. Sansone (1995) utiliza o exemplo do intercâmbio simbólico entre negros dos diversos continentes, por intermédio de estilos e músicas jovens como o funk e o hip hop. Mostra que o processo de criação desses novos estilos negros, em parte como reação à falta de *status* e oportunidades parece semelhante em diferentes países. Ao mesmo tempo, o intercâmbio favorece a redefinição da “diferença” negra nas sociedades ocidentais, estetizando a negritude por meio desses estilos de alta visibilidade e da música pop. Neste caso, afirma o autor, há uma tendência convergente na cultura negra local e o surgimento de uma cultura negra internacional.

Podemos afirmar que a mesma coisa pode estar acontecendo em relação às “culturas juvenis”: há culturas jovens locais e convergentes com culturas

similares internacionais. Nesse sentido, concordamos com Abramo (1994:95), quando afirma a existência de uma cultura juvenil que se comunica acima das mais variadas distinções sociais, entre elas a geográfica e a nacional; o que não significa pensar a condição juvenil como universal, em que estejam ausentes as diferenciações sociais.

Dessa forma, a adoção de um estilo originalmente produzido em outro país, como são os casos do rap e do funk, pode ser visto como fruto do reconhecimento de experiências similares, que resultam na adoção das mesmas referências. Ao mesmo tempo, esse estilo, ao ser adotado, tem seus elementos recodificados, desenvolvendo uma constelação própria de signos, atividades, temas e valores de forma a expressar o contexto social e as questões próprias do grupo. São os processos de reterritorialização no mundo contemporâneo, apontados por Herschmann (2001). Assim, um estilo expressa tanto o processo de globalização, com questões universais, como relações locais e a leitura própria do contexto no qual se inserem. Enfim, apontam para a importância atribuída pelos jovens à convivência com um grupo de iguais, o compartilhar de sentimentos de pertencimento e as experiências cotidianas possibilitadas pela vivência mediada pelo estilo. Neste sentido, a cidade – essa rede das redes – pode ser vista como o lócus privilegiado de articulação de ações coletivas.

A tensão entre o global e o local não se reduz à produção cultural, refletindo também na dimensão espacial. As ações coletivas juvenis trazem uma forte conotação com a dimensão local. Essa dimensão fica muito clara entre os rappers, por exemplo, na forma como constroem o sentido do termo “periferia”. É manifesto que, para os jovens pobres, o lugar em que se vive não aparece apenas como espaço funcional de residência ou de socialização, mas principalmente como espaço de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos. Viver na periferia implica compartilhar de alguma forma os problemas relacionados à ausência de equipamentos básicos de infra-estrutura, de serviços públicos, entre eles o transporte, além de poder contar com opções restritas de lazer.

Ao mesmo tempo, viver na periferia implica lidar com os estigmas presentes em um imaginário comum, que relaciona os bairros pobres com a violência, o tráfico de drogas, a criminalidade, as edificações em ruínas, o lugar de ócio e vadiagem, etc. Ou seja, conviver com representações que vinculam a idéia da periferia à idéia de pobreza sempre numa perspectiva de desqualificação. A vivência dessas experiências faz-se acompanhar de um estoque simbólico, de um conjunto de informações e interpretações mais ou menos comuns, que se tornam referência na elaboração de uma visão de si mesmos e da cidade (Caldeira, 1984).

Pertencer à periferia torna-se um elemento identitário entre os rappers que passam a representar a experiência vivida da juventude como pobres, negros ou brancos, mas todos igualmente vivendo uma experiência de inclusão precária na sociedade.

Reflete também uma característica mais ampla da própria cultura juvenil que se projeta nas ações coletivas que desenvolvem, que tende a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significado. Podemos ver isso no sentido que atribuem à rua, às praças, que, muitas vezes, aparecem como palco para a expressão da cultura que elaboram,

numa reinvenção do espaço. Concordamos com Pais (1993:96) quando esse afirma que *as culturas juvenis, para além de serem socialmente construídas, têm também uma configuração espacial*. Ao mesmo tempo, as ações coletivas juvenis, ao se re-apropriarem de espaços públicos fazem deles espaços importantes para a produção de significados e onde os interesses alternativos podem ser re/construídos (Alvarez, 2000).

Dessa forma, os grupos culturais podem possibilitar aos jovens reapresentar a experiência social imediata em termos culturais, traduzida em forma de autoconsciência diante do processo de segregação espacial e dos preconceitos sociais e raciais que se acirram nos grandes centros brasileiros, possibilitando a construção de uma identidade positiva como pobres e negros. Como lembra Santos (1997): *a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade*.

Neste sentido, percebemos que as ações coletivas juvenis podem ser um espaço potencial de construção de pautas de significados alternativos às interpretações dominantes. Essa dimensão está presente na importância da palavra para os rappers, na circulação de idéias pela imprensa alternativa, como os fanzines e rádios comunitárias, ou um outro significado para o jogo do corpo pela dança dos jovens do funk.

É nesta perspectiva que Alvarez (2000) afirma que os movimentos sociais na América Latina, dentre eles os juvenis, *quando apresentam concepções alternativas de mulher, de natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes*“, põem em ação uma política cultural. Esta é resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes – nunca puras, sempre híbridas –, mas sempre mostrando contrastes com as culturas dominantes. Assim, conclui a autora, as políticas culturais dos movimentos sociais podem ser também fomentadoras de “modernidades alternativas”.

Um outro aspecto diz respeito à dimensão da temporalidade que envolve as ações coletivas juvenis. Diferente da década de 60 que foi dominada por uma concepção de futuro – uma nova sociedade a ser construída – a juventude contemporânea parece resgatar o presente como o momento de articular projetos e utopias de novas relações. Esta mudança reflete as transformações mais amplas introduzidas no contexto das sociedades complexas como a velocidade das transformações tecnológicas que ampliam as incertezas características desse nosso tempo. Diante das incertezas, a busca de sentido é transferida para o presente, num eixo temporal curto que torna possível o seu controle.

Para Leoccardi (1991), o presente de hoje não é mais só a ocasião e o lugar, quando e onde se formulam as questões às quais se responde interrogando o passado e o futuro, mas também é a única dimensão do tempo que é vivida sem maiores incômodos e sobre a qual é possível concentrar a atenção. Essa perspectiva temporal traz consigo o risco da ausência de perspectivas, diluindo uma dimensão fundamental do humano que é a memória e o projeto. E é nesse espaço que as ações coletivas juvenis podem ocupar um importante papel.

Segundo Sposito (2000: 87), nas ações protagonizadas pela juventude pode haver uma espécie de antecipação da utopia, principalmente no âmbito das

ações voluntárias, anunciando hoje, e de forma profética, uma outra possibilidade de vida em conjunto. Para a autora:

*Essa motivação que emerge nas sociedades complexas e que encontra nos segmentos juvenis uma disponibilidade, mesmo que difusa, conteria elementos antagonistas porque desafiaria o poder, ao inverter a lógica dominante instrumental, construindo alternativas de sentido “.*

Podemos perceber que as redes que têm caracterizado as ações coletivas juvenis são marcadas pelas trocas sociais que propiciam a elaboração de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade. As formas de agregação são pontuais, ocorrendo em torno de um objetivo determinado; quase sempre no presente e sem perseguir objetivos distantes e inalcançáveis. Além disso, a agregação tende a existir quando ocorre coincidência entre os objetivos coletivos e as necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos seus membros, fazendo com que qualquer aspecto da vida que envolva a ação coletiva não se desligue de uma busca de realização pessoal. Tanto a dimensão coletiva como a individual se integra em uma mesma configuração que incide sobre individualidades, pois o ator coletivo e o sujeito se constroem juntos (Sposito, 2000).

Os momentos de visibilidade são esporádicos e respondem a problemas específicos, pois não há indícios de uma unificação em torno de um ator privilegiado ou de apenas uma única dimensão do sujeito. Essa multiplicidade de formas pode ganhar visibilidade em algumas conjunturas ou em experiências de organização de redes articuladas, quando a identidade e autonomia dos grupos são preservadas. Mas as dificuldades de constituição da ação coletiva juvenil são muitas e tendem a serem atenuadas quando encontram uma rede de proteção e apoio, seja de ONGs, seja de políticas públicas, o que aponta para a importância crucial da sociedade reconhecer a juventude como detentora de direitos, possibilitando que as coletividades juvenis sejam atores na inovação política e social da sociedade contemporânea.

## **Conclusão**

O Brasil experimentou na década de 1990 uma escalada neoliberal caracterizada por intensiva privatização que cortou as margens das políticas de desenvolvimento e debilitou significativamente as capacidades de ação social do Estado. O preço do relativo controle inflacionário e do frágil equilíbrio monetário conquistado no período foi a mercantilização da sociedade, a dilapidação do Estado e a quase anulação de sua capacidade de formulação política na altura daquilo que seria necessário para o enfrentamento das graves contradições do desenvolvimento periférico brasileiro.<sup>21</sup>

A retórica política vendida para a população foi a de que a redução do tamanho e abrangência da ação do Estado seria o melhor remédio para os

---

<sup>21</sup> Sobre o impacto do neoliberalismo na organização do Estado brasileiro ver Oliveira (1991,2000), Sader (2002) e Singer (2001).

problemas da vida nacional. As classes dominantes que construíram os condicionantes políticos e econômicos de um Estado socialmente ineficiente e privatizado em suas ações públicas fortaleceram o coro daqueles que anunciam a morte desse mesmo Estado.

A minimização do público aparece, então, como a alternativa neoliberal de libertação dos agentes econômicos do peso fiscal e daquilo que consideram uma hipertrofia de encargos sociais, o chamado "custo Brasil de investimentos" que, em outras palavras, seria representado pelos direitos sociais que atrapalhariam o fluxo de acumulação capitalista. O discurso dominante indicou durante toda a última década que a sobrecarga de atribuições do Estado necessitaria ser diminuída tanto no plano do desenvolvimento econômico como na implementação de políticas de proteção social, caso o país não desejasse ficar para trás no contemporâneo ciclo de desenvolvimento global capitalista. Os governos brasileiros da última década, ao levarem às últimas conseqüências essa máxima neoliberal, privatizaram empresas estatais produtivas e reduziram investimentos demandados por inúmeros problemas sociais nas diferentes regiões do país.

Os dados do censo populacional (IBGE, 2000) acenam com melhoras globais em alguns indicadores sociais estatísticos, principalmente os relacionados com o acesso à saúde e educação escolar. A população possui hoje maior acesso aos bens duráveis e serviços (sobretudo telefonia) do que em 1991 (ano do último Censo realizado no Brasil). Entre cinco a seis milhões de habitantes deixaram a linha da miséria, o que demonstra alguma mobilidade social na década de 90. No entanto, ainda persiste uma grande desigualdade na distribuição tanto na renda como em oportunidades no país. As pequenas melhorias que são alardeadas pelo Governo Federal, como sinal de acerto nos rumos do desenvolvimento nacional, representam uma gota no oceano de desigualdades que separa os mais ricos dos mais pobres da população.

Escapou aos objetivos desse artigo o aprofundamento da situação educacional dos jovens brasileiros, contudo é preciso registrar que, além da forte seletividade que caracteriza o acesso aos níveis pós-escolaridade obrigatória, a realidade dos ensinos médios e superiores se apresenta com fortes segmentações internas e disparidades quanto à qualidade do ensino oferecido em diferentes regiões do país – e mesmo dentro da mesma região – naquilo que se refere à origem social dos alunos matriculados. Simplificando, poderíamos definir o sistema educacional brasileiro como sendo a supremacia da lógica das escolas ricas para os ricos e escolas pobres para os pobres. Ou ainda, como comentou o economista Luiz Gonzaga Belluzo contrariando a teoria do capital humano, que, no Brasil, os pobres não são pobres porque não têm educação de qualidade, mas não têm educação de qualidade exatamente por serem pobres.

A tendência brasileira das últimas décadas foi a de desacelerar a expansão do sistema educacional. O Brasil apresenta, em termos de educação, uma década de atraso em relação a países com padrão de desenvolvimento similar. Ao expandir de forma lenta seu sistema educacional nas últimas décadas, acabou "aprisionando" a população num patamar de baixo para intermediário de

escolaridade. Isso contribuiu para o aumento da escassez de trabalhadores qualificados e influenciou no nível de desigualdade salarial.<sup>22</sup>

É preciso afirmar a impossibilidade de haver democracia política sem igualdade econômica substantiva. Neste sentido, na análise dos indicadores sociais brasileiros, evidencia-se a interrupção do fluxo da democratização plena no país iniciado pela mobilização política da sociedade civil desde o começo do fim da ditadura militar.

Num contexto de Estado mínimo e desigualdades maximizadas, os jovens, principalmente os pobres, foram extremamente penalizados pela interdição das oportunidades e ausências de redes públicas de proteção social. Esse quadro deu origem ao que foi denominado como uma inclusão precária e marginal na sociedade capitalista brasileira.

Procuramos evidenciar neste artigo a falta de foco específico das políticas públicas nacionais na juventude. As poucas ações existentes sobrepõem-se setorialmente e se desintegram num crônico quadro de inconsistência das ações e progressiva transferência de responsabilidades para organizações sociais e entidades de caráter assistencial que assumem funções de governo na execução de projetos e programas sociais.

Simultaneamente ao vazio deixado pelas políticas públicas destinadas aos jovens pobres de nossas cidades, observou-se no período a emergência de novas formas de participação social juvenil. Movimentos juvenis criaram novos espaços e temas alternativos de construção da cidadania, dando sua contribuição para o processo de consolidação da democracia no país. O hip hop e o funk são evidências empíricas na década de 1990 de práticas coletivas juvenis de participação social e vivências culturais, possibilidades societárias de recomposição de vínculos gregários nos territórios de exclusão e violência das periferias das cidades.

É importante ressaltar que as formulações de políticas públicas para a juventude demandam ampliar nossa compreensão sobre os jovens, principalmente aqueles da periferia dos núcleos hegemônicos da produção material e simbólica da sociedade. Não podemos esquecer o aparentemente óbvio: eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, reagem e pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Torna-se necessário escuta-los, ver nas práticas culturais e nas formas de sociabilidade que desenvolvem traços de uma luta pela sua humanização, diante de uma realidade que insiste em desumanizá-los. Na perspectiva do protagonismo juvenil, toma-los como parceiros na definição de ações que possam potencializar o que já trazem de experiências de vida.

## Referências bibliográficas

---

<sup>22</sup> Isso é o que mostra a pesquisa *Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça (O Estado de S. Paulo, 23/4/2002 - Luciana Garbin).

ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Escrita, 1994.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, n5/6, 1997.

ABROMAVAY, Miriam et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers; juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ANDRADE, Elaine Nunes *Movimento negro juvenil; um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996. (Dissertação, Mestrado).

ALVAREZ, Sonia; AGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos movimentos sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

ARAÚJO, Herton Elley. *A mortalidade entre os jovens adultos brasileiros – por quê e quais morrem mais?* Caxambu: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998, 1911- 1928.

ARIAS, Alfonso Rodríguez. “Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década.” In: *Jovens ac*

BAIERLE, Sérgio Gregório. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos. In: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras* / Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar, organizadores. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, 185-220.

BENDIT, René. Participación social y política de los jóvenes en países de la Unión Europea. In: *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Sergio Balardini (compilador). Buenos Aires: CLACSO, 2000, 19-58.

BOURDIEU, P. De quoi parle-t-on quand on parle du 'probleme de la jeunesse? In: *Lês jeunes et lês autres*. Vancresson: CRIV, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires. *A política dos outros; o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- CARRANO, Paulo C.R. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. 1995, (mimeo).
- CASTRO, Mary Garcia. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventude. In: *Curso Juventude, cidadania e cultura*. Rio de Janeiro: ISER/, comunicação, junho de 2002.
- COSTA, Maria Regina. *Os carecas de subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CUNHA, José Marcos Pinto da Cunha. A dinâmica demográfica e seus impactos na trajetória da população em idade escolar. In: *Situação da Educação Básica no Brasil*//Organização: Maria Helena Guimarães de Castro, Áurea Maria Queiroz Davanzo – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999, 103-118.
- DAVIGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Anos 90: políticas e sociedade no Brasil*//org. Evelina Dagnino. – São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAYRELL, Juarez..Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: INEP. 2000.
- \_\_\_\_\_. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. A música entra em cena: o funk e o rap na socialização da juventude em Belo Horizonte. São Paulo: Faculdade de Educação(Tese, Doutorado).2001
- FEIXA, Carlos. *De jóvenes, bandas e tribus*. Barcelona: Ariel, 1998.
- GUERREIRO, Goli. *Retratos de uma tribo urbana: rock brasileiro*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Departamento de Educação, 1995. (Tese, Doutorado).
- GUIMARÃES, Elias Lins. *Os saberes de uma festa: conhecimento e vivência de jovens negros no Bloco Afro Areketu*. Salvador: Universidade Federal da Bahia,1995. (Dissertação, Mestrado).

- HADDAD, Sérgio e PIERRO, Maria Clara Di. *Escolarização de jovens e adultos*. São Paulo: Anped, *Revista Brasileira de Educação/Anped*. nº 14, 2000, 108-130.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip hop, globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- IBGE. *Censo 2000*. Internet. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).
- \_\_\_\_\_. *População jovem no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de População e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- LECCARDI, Carmem. *Orizzonte del tempo; esperienza del tempo e mutamento sociale*. Milano: Franco Angeli, 1991.
- LEON, Alexandre Ponce. *Por que uma "Primeira Oportunidade" para a juventude brasileira?* Internet: <http://www.obj.org.br/revistaobj/artigos/primeiraoportunidade.htm>, 13/04/2002.
- MADEIRA, Felicia Reicher & RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. V.2, p. 427-496.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, M. *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MELLO, Guiomar Namó. *Para que servem as estatísticas educacionais*. In: Cadernos INEP. Brasília: INEP, 1999.
- MELUCCI, A. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- \_\_\_\_\_. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- \_\_\_\_\_. e FABBRINI, Anna. *L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli. 1992.
- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MORCELLINI, Mario. *Passagio al futuro; formazione e socializzazione tra vecchi e nuovi media*. Milão: Franco Angeli, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: *Democracia como proposta*. Rio de Janeiro: IBASE, 2000, 77-92.

\_\_\_\_\_. *Extermínio do Futuro: a hipoteca do Estado*. UERJ: Laboratório de Políticas Públicas, Internet: [www2.uerj.br/~lpp/htm/artigo2.htm](http://www2.uerj.br/~lpp/htm/artigo2.htm), 20/06/2002.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In.: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras* / Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar, organizadores. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, 103-148.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, n 5/6, 1997.

POCHMANN, Marcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. In: *Juventude, Educação e Sociedade*. Osmar Fávero, Paulo Carrano e Sonia M. Rummert (organizadores.) Movimento, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, n.1, maio de 2000, 52-72.

\_\_\_\_\_. *A inserção ocupacional e o empregos dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

RIZZINI, Irene. Do risco à oportunidade: políticas e práticas sociais voltadas para a população infantil e juvenil em transformação. São Paulo: *I Encontro de Educação Social – Educação Social: “uma outra história é possível?* 13-16 de junho de 2001, Cd-rom”.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD, 1998.

SABOIA, Ana Lucia. “Situação educacional dos jovens”. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

SADER, Emir. O Estado entre o público e o privado. UERJ: Laboratório de Políticas Públicas, Internet: [www2.uerj.br/~lpp/htm/artigo4.htm](http://www2.uerj.br/~lpp/htm/artigo4.htm), 20/06/2002.

SALEM, Tânia. Filhos do Milagre, *Ciência Hoje*, v. 5, n. 25, SBPC, 1986.

SANSONE, Livio. Funk baiano; uma versão local de um fenômeno global? In: HERSCHMANN, Micael (Org). *Abalando os anos 90; funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. SP: Hucitec, 1997.

- SILVA, José Carlos Gomes. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 1998. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais)
- SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: *Brasil: um século de transformações*. Organização Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 78-131.
- SPÓSITO, Marília. *Políticas metropolitanas de juventude: projeto temático*. São Paulo, 2002, mimeo.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Juventude e Escolarização – Estado do Conhecimento (1984-1998)*. Brasília, DF: INEP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. Revista Brasileira de Educação. ANPED, n.13, 2000.
- \_\_\_\_\_. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. Revista Sociologia da USP. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161-178, 1993.
- QUADROS, Waldir José de & ANTUNES, Davi José Nardy. *Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa*. Campinas: Cadernos do CESIT, nº 30, out. 2001.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. *Atitude, arte, cultura e autoconhecimento; o rap como voz da periferia*. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP, 2000. (Dissertação, Mestrado).
- VENTURI, Gustavo e ABRAMO, Helena. *Candidatos a cidadãos*. IN: Um ano de juventude. Câmara Municipal de São Paulo. Mimeo. 2001
- VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Galerias cariocas; territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- ZALUAR, Alba. *Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência*. In: VIANNA, Hermano. *Galerias cariocas, territórios de conflitos encontros culturais*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1997.